

## ATA 2ª REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO

2

3 Aos nove dias do mês de maio de 2018, na sala 622 do Ministério da Indústria, Comércio Exterior  
4 e Serviços (MDIC), reuniu-se o Comitê de Investimentos de Negócios de Impacto, instituído pelo  
5 Decreto nº 6.244, de 27 de dezembro de 2018, e designado pela Portaria MDIC nº 252-SEI, de  
6 06 de fevereiro de 2018, para tratar da seguinte Pauta:

- 7 1) Informes
- 8 2) Aprovação do Regimento Interno;
- 9 3) Apresentação da Governança do Comitê;
- 10 4) Apresentação dos GT's (Ações Prioritárias, Desafios das Ações, Próximos Passos);
- 11 5) Definição das entregas do Comitê em 2018; e
- 12 6) Outros assuntos.

13 Logo no início dos trabalhos, o representante da Casa Civil, senhor Carlos Antônio, pediu para  
14 que a aprovação da Ata e do Regimento fossem apreciadas ao final da reunião, quando o  
15 representante titular, senhor Pedro Florêncio, estivesse presente, uma vez que ele gostaria de  
16 fazer sugestões sobre esses pontos. Acatando o pedido, a ordem da pauta foi invertida.

17 Na parte dos informes, foram destacados os próximos eventos a serem realizados no campo de  
18 Negócios de Impacto e Finanças Sociais:

- 19 1) Brazil Investment Forum 2018, nos dias 29 e 30 de maio
- 20 2) Fórum de Finanças Sociais e Negócios de Impacto (ICE, Vox Capital e Impact Hub): 6 e 7  
21 de junho
- 22 3) Seminário Internacional (Nova Deli): 7 a 10 de outubro
- 23 4) Missão internacional no âmbito do projeto Eurosocial: entre outubro e novembro

24 Foi solicitado por Luiz Melo, da Finep, que um ofício do Comitê fosse enviado para todas as  
25 instituições participantes convidando-as a integrarem a Comitiva para o evento em Nova Delhi  
26 e para a Missão Internacional no âmbito do Eurosocial.

27 Com relação ao Fórum de Finanças Sociais, todas as instituições do Comitê que tenham interesse  
28 em participar devem enviar um email para [lucas.maciell@mdic.gov.br](mailto:lucas.maciell@mdic.gov.br) para conseguir os códigos  
29 de isenção da taxa de inscrição.

30 Valéria Barros informou que o Sebrae fará um encontro com os Sebraes estaduais sobre  
31 Compras Públicas.

32 Passando para o tópico seguinte da pauta, Lucas Ramalho, do MDIC, fez uma breve  
33 apresentação de dez minutos sobre a estrutura de governança da Enimpacto. Foi ressaltado o  
34 objetivo da estratégia, explicitados os eixos verticais e transversal bem como o mandato que o  
35 Comitê da Enimpacto possui. Em seguida, foi esclarecido que os membros do Comitê são  
36 nomeados por uma Portaria do MDIC, mas que a participação nos Grupos de Trabalho e nos  
37 subgrupos de trabalho não é exclusiva dos membros do Comitê. No momento, existem quatro  
38 grupos de trabalho instituídos e um total de vinte e seis subgrupos.

39 Na sequência, passou-se para a apresentação do GT 1: Ampliação da Oferta de Capital, realizada  
40 por Beto Scretas. São vinte e seis instituições participantes do GT (onze de governo e quinze da  
41 sociedade civil ou iniciativa privada). O GT possui três macro-objetivos:

- 42 1) Ampliar a disponibilidade e adequação dos recursos do governo a Negócios de Impacto  
43 (investimento e/ou empréstimo)  
44 2) Atrair capital privado para investimento/ financiamento a Negócios de Impacto  
45 3) Estimular a compra/contratação de Negócios de Impacto pelo Estado

46 Os três macro-objetivos somam juntos dezoito ações estratégicas. As ações estratégicas foram  
47 agrupadas em quatro subgrupos, conforme segue:

48 1) Subgrupo 1, liderado pelo BNDES, ficou responsável pelas ações:

49 1.1.1 Estimular que fundos sociais e outros instrumentos financeiros de agências de fomento e  
50 bancos públicos fomentem Negócios de Impacto.

51 1.2.3. Estimular iniciativas de co-investimento entre atores públicos e privados.

52 O escopo inicial do trabalho do subgrupo é estruturar um fundo social de natureza contábil e  
53 mapear informações e oportunidades sobre fundos garantidores. O subgrupo definiu que é  
54 necessário engajar os seguintes atores: ABDE, SITAWI e aceleradoras e incubadoras de impacto.  
55 O principal desafio destacado pelo grupo se refere à forma de captar parceiros para capitalizar  
56 o fundo.

57 2) Subgrupo 2, liderado pela Apex, ficou responsável por:

58 1.2.2. Atrair recursos financeiros internacionais para investimento em fundos de impacto e/ou  
59 diretamente em Negócios de Impacto.

60 O subgrupo definiu que é necessário potencializar sinergias com o projeto ABVCAP/Apex;  
61 realizar o mapeamento de potenciais investidores estrangeiros (FT e ANDE) e realizar ações de  
62 engajamento de potenciais investidores. Citou como desafio lidar com os gargalos de atração de  
63 investimentos.

64 3) Subgrupo 3, liderado pela Wrigth Capital, ficou responsável por:

65 1.2.4. Apropriar e disseminar instrumentos híbridos estruturados para apoio aos Negócios de  
66 Impacto, como, por exemplo, cessão de dívida combinada com participação acionária,  
67 securitização, entre outros, de forma a fomentar a melhoria em termos de regulação e  
68 compartilhamento de melhores práticas entre instituições financeiras

69 Como próximos passos, o subgrupo enfatizou a necessidade de mapear os instrumentos de  
70 investimento de impacto no Brasil e atuar em um entrave já diagnosticado, referente a fundos  
71 de previdência e produtos de impacto. Como desafio foi destacada a necessidade de engajar as  
72 instituições financeiras nesse tema.

73 4) Subgrupo 4, liderado pela Força Tarefa de Finanças Sociais, ficou responsável por:

74 1.3.1. Produzir e disseminar guia com casos de Negócios de Impacto que já venderam para  
75 governos (municipais, estaduais e federal).

76 1.3.2. Sistematizar e disseminar mecanismos de apoio (ex: termos de referência e contratos  
77 padrões) para facilitar processos de contratação de Negócios de Impacto

78 1.3.3. Integrar órgãos de controle (TCU, CGU, CGE e TCE) em processos de compras públicas  
79 desde o início por gestores públicos.

80 1.3.5. Realizar estudos, por meio de cooperações técnicas internacionais para identificar  
81 caminhos possíveis para a compra/contratação do Estado a Negócios de Impacto (em diferentes  
82 níveis)

83 O subgrupo destacou que é necessário realizar uma aproximação com o PitchGov.SP e ampliar  
84 possíveis espaços para divulgação. Além disso, devem se aproximar do TCU e realizar um  
85 mapeamento de negócios de impacto que vendem para governos. Como desafio destacou a  
86 dificuldade de resolver as inseguranças jurídicas relativas ao tema.

#### 87 CONSIDERAÇÕES SOBRE O GT 1

88 Alexandre Guerra, do Sebrae, disse que é necessário envolver atores que operam Fundos  
89 Garantidores. Valeria Barros complementou relatando que existe um esforço de ter o FAMPE  
90 (Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas) garantindo algumas operações junto ao Banco  
91 do Brasil em um primeiro edital de prospect funding do PNUD. A ideia do PNUD é fazer um piloto  
92 no Pará.

93 Marcos Vinícius, do MDIC, perguntou qual o valor mínimo para começar a operação do Fundo.  
94 William respondeu que seria algo com o R\$ 20 milhões, mas o ideal seria algo como R\$ 50  
95 milhões. Segundo ele, a atração de novos capitais poderia ocorrer nas ações de primeiro piso,  
96 de forma que seria possível sugerir recortes regionais ou temáticos para os gestores de fundo  
97 nas pontas.

98 Marcos Vinícius sugeriu que fosse incluído no primeiro slide o possível interesse do BID nesse  
99 tema do Fundo. Ele relata que conversou com o representante do BID no Brasil, Hugo Florez, e  
100 ele disse que há interesse. Inserir não apenas bancos públicos, agências de fomento, mas  
101 também empresas de P&D que estão fazendo glosas no âmbito da Lei de Informática. Que  
102 investimentos em Startups ou em fundos são considerados como investimentos em P&D no  
103 âmbito da Lei de Informática. Outra sugestão é que conversem não apenas com gestores no  
104 Brasil, mas conversassem também com gestores internacionais que já estão operando e estão  
105 errando bastante, que é possível aprender com as experiências internacionais, sobretudo com  
106 os erros cometidos no processo. Citou o Cliff Prior, do Big Society Capital, que acumulou um  
107 longo aprendizado institucional de erros e acertos nessa área.

108 Marcos relatou a participação dele no evento de Finanças para o Desenvolvimento Sustentável,  
109 em Nova Iorque. Ele disse que se encontrou com representantes da Fundação Bill e Melissa  
110 Gates e do Fundo de Investimento da ONU de *Impact Finance* que possuem muita experiência  
111 nessa questão de fundos de impacto. Pediu que o grupo os contatasse para aprender com a  
112 experiência deles nessa parte da proposta de criação do Fundo Social.

113 Na parte de atração de investimentos, Marcos pediu que fosse verificada a possibilidade de  
114 investimento em projetos, e não apenas em fundos de *equity*. Beto disse que isso já está  
115 previsto.

116 Por fim, Marcos sugeriu que o Fundo de Impacto a ser criado constasse no cardápio da Apex que  
117 é frequentemente apresentado para os possíveis investidores internacionais.

118 Marco Aurélio, do BB, disse que é importante mapear a oferta dos negócios existentes no Brasil.  
119 Segundo ele, toda petroleira deve investir 1% do seu lucro líquido em P&D. Há um esforço junto  
120 à ANP para que esse investimento obrigatório possa ser aplicado em fundos de impacto e de  
121 apoio às pequenas e médias empresas e startups.

122 Luiz Melo da FINEP disse que há tratativas avançadas junto com a ANP para a criação de um  
123 Fundo de Startups. Essa área é fundamentalmente não reembolsável. Há um trabalho de  
124 convencimento a ser feito no sentido de convencer os órgãos de governo que esse recurso é  
125 para diminuir incertezas do setor de inovação.

126 Wellington Fávaro, do Ministério da Fazenda, diz que é recorrente a questão da indefinição  
127 sobre o que são Negócios de Impacto. O investidor tem a preocupação em saber se o seu  
128 dinheiro está indo para onde deveria ir. Outra preocupação trazida pelo representante da  
129 fazenda refere-se à certificação. Ele sentiu falta no Documento Base da Enimpecto de um maior  
130 alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Sugeriu que o  
131 Comitê conversasse com a SEGOV para fazer esse alinhamento. Ele disse que antes do BNDES  
132 lançar um Fundo essas questões deveriam ser trabalhadas.

133 William Saab, do BNDES, respondeu que o nome proposto para o Fundo é “Fundo de  
134 Desenvolvimento Sustentável” justamente para se alinhar com os dezessete Objetivos de  
135 Desenvolvimento Sustentável da ONU. Que a ideia é que o Fundo trabalhe com quatro  
136 vertentes: 1- Negócios Sociais; 2 – Aceleradoras de Impacto; 3 – Fundo de fundos e; 4 – Negócios  
137 de Impacto.

138 Marcos Vinícius complementou dizendo que a indefinição conceitual sobre os Negócios de  
139 Impacto destacada por Wellington foi proposital na Enimpecto, uma vez que por se tratar de um  
140 campo novo, não há ainda consenso suficiente no ecossistema. Optou-se por adotar um  
141 conceito que fosse amplo o suficiente para contemplar os diferentes pontos de vista sobre o  
142 tema e para dar liberdade para se construir esse conceito. Além disso, destacou que em nenhum  
143 lugar do mundo as questões das métricas de impacto estão definidas. Disse ainda que são três  
144 as principais razões para a publicação do Decreto da Enimpecto: 1) Criar conhecimento  
145 institucional e construir coletivamente sobre o tema; 2) Dar continuidade à temática  
146 independentemente das descontinuidades governamentais; e 3) Conseguir apoio político para  
147 avançar o tema. Por fim, reforçou que todas as ações constantes no Documento Base da  
148 Enimpecto são genéricas, de forma que não havia espaço para vinculá-las diretamente aos  
149 ODS’s. Disse que a intenção é fazer essa relação no desenho dos instrumentos, a exemplo do  
150 que o BNDES está fazendo com a criação do Fundo.

151 Marcel Fukayama, do Sisitema B, disse que há investidores brasileiros no Reuni Unido  
152 interessados em fazer investimento de impacto no Brasil. Seria importante articular esse grupo  
153 durante a Missão Internacional no âmbito do projeto Eurosocia. Com relação aos instrumentos  
154 financeiros, disse que seria importante a criação de um ou dois instrumentos adequados ao  
155 empreendedor. Por fim, sugeriu engajar a Bovespa no GT.

156 Marcos Vinícius reforçou que é necessário desenhar a jornada do empreendedor de impacto  
157 para desenhar os instrumentos financeiros adequados para cada etapa.

158 Em seguida passou-se para a apresentação do GT 2, Aumento do Número de Negócios de  
159 Impacto, realizada pela Valéria Barros, do Sebrae. No GT participam 22 instituições, sendo 11 de  
160 governo e 11 da sociedade civil ou iniciativa privada. As ações do GT foram divididas em 5  
161 subgrupos, conforme segue:

162 1) Subgrupo 1, liderado pela Pipe e pelo Quintessa, ficou responsável pelas ações:

163 2.1.2. Mapear e apoiar processos de incubação e aceleração de Negócios de Impacto por  
164 organizações da sociedade civil.

165 O escopo inicial do trabalho do subgrupo é mapear os processos de incubação e aceleração do  
166 setor de negócios de impacto no país; alinhar com hubs de negócios de impacto um “Banco de  
167 chamadas do setor de impacto”; e patrocinar empreendedores para que sejam impulsionados  
168 por programas de aceleração

169 O subgrupo definiu que é necessário engajar os seguintes atores: ANPROTEC, PITCH GOV SP,  
170 todas as organizações que lançam editais e as aceleradoras e incubadoras de impacto

171 2) Subgrupo 2, liderado pelo Banco do Brasil e pela Fundação Banco do Brasil, ficou responsável  
172 por:

173 2.1.3. Expandir programas de mentoria aos empreendedores com especialistas de mercado e/ou  
174 de impacto

175 O subgrupo definiu que é necessário ampliar a relação com os telecentros para capacitação e  
176 mentoria de empreendedores em temas priorizados e segmentos de públicos específicos bem  
177 como ampliar os espaços de interação e aprendizagem online usando os agentes da Movera  
178 para orientações quanto acesso à capital.

179 O grupo disse que precisa engajar ainda os atores: MDS, MCTIC, Organizações que são  
180 especialistas em mentoria de Impacto, ANPROTEC, INOVATIVA BRASIL, CUFA, e ITAÚ SOCIAL.

181 3) Subgrupo 3, liderado pela Vivenda e pela Artemísia, ficou responsável por:

182 2.2.1. Estimular que gestores públicos compartilhem seus desafios de gestão e atendimento à  
183 população para que empreendedores possam sugerir soluções complementares à políticas  
184 públicas.

185 Como próximos passos, o subgrupo enfatizou a necessidade de mapear, sistematizar e divulgar  
186 iniciativas já existentes no Brasil e no mundo que possam servir de modelo para implementação  
187 no Brasil como desafios ou prêmios. Além disso, ressaltou a importância de estimular que órgãos  
188 de fomento, empresas públicas e privadas bem como organismos de cooperação internacional  
189 adotem programas de inovação aberta em sua estratégia conectando agentes públicos com  
190 negócios de impacto social. Apontou que as Secretarias de Governo e da Presidência, PITCH  
191 GOV, MCTIC, APEX e ENAP sejam engajados.

192 O subgrupo 3 também ficou responsável por:

193 2.2.2. Apoiar a inclusão dos Negócios de Impacto na cadeia de valor das empresas

194 O grupo definiu que é importante fomentar mecanismos financeiros de apoio para que negócios  
195 possam ganhar capacidade de atendimento para firmar parcerias com grandes corporações.  
196 Ressaltou a importância de estimular que órgãos de fomento criem linhas de apoio a empresas  
197 que se interessam em tomar financiamento para apoiar o desenvolvimento de ações inovadoras  
198 em sua cadeia produtiva, em termos de impacto ambiental e social e viabilizar que empresas de  
199 impacto social tenham um selo e minimizem a percepção de risco da área de Compras de  
200 grandes empresas. Avaliam que nessa ação específica MCTIC, CAIXA, BB, BNDES, APEX e  
201 entidades que tenham boas práticas em concessão de selos sejam engajadas.

202 4) Subgrupo 4, liderado pelo MDS, ficou responsável por:

203 2.3.1 Reconhecer e fortalecer processos, com práticas específicas, para formação e apoio de  
204 empreendedoras de impacto mulheres, a classes específicas (indígenas, comunidade

205 quilombola, LGBT, pessoas com deficiência), jovens e/ou inscritos no Cadastro Único do Governo  
206 Federal (CadÚnico)

207 O subgrupo destacou que é necessário prover capacitação em negócios sociais para as mulheres  
208 do Programa Mulheres Mil e cadastrar parceiros no Programa Progredir para que conheçam a  
209 base e possam ofertar soluções. Sugeriu que fossem engajadas as seguintes instituições: CUFA,  
210 FACULDADE ZUMBI DOS PALMARES, FIDA e todas as organizações que trabalham com iniciativas  
211 inclusivas.

212 5) Subgrupo 5, liderado pelo MCTIC e pelo INSPER, ficou responsável por:

213 2.4.2 - Promover e disseminar metodologias e casos de referência de avaliação de Negócios de  
214 Impacto

215 O subgrupo sugeriu mapear os guias e as práticas de avaliação de impacto existentes e interagir  
216 com ICTs para ampliar o conhecimento e disseminação, engajando Anprotec, CNPq, ANUP e  
217 Sistema B.

218 Valéria destacou que o grande desafio do GT é aumentar os negócios de impacto. Essa é uma  
219 tendência que, na opinião dela, é sem volta. Várias empresas estão colocando o impacto em  
220 suas respectivas missões. Fez um apelo ao Comitê, ao MDIC e à Secretaria de Governo para que  
221 integrem e coordenem melhor as ações para levar essa bandeira dos negócios de impacto  
222 adiante. Disse ainda que existe o Prêmio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)  
223 e que seria interessante se uma categoria específica voltada para os Negócios de Impacto fosse  
224 criada.

225 **CONSIDERAÇÕES DO COMITÊ SOBRE O GT 2**

226 Lucas Ramalho, do MDIC, falou sobre a necessidade de alguma instituição membro do Comitê  
227 iniciar os procedimentos necessários para firmar um Convênio ou um Acordo de Cooperação  
228 com alguma instituição capaz de realizar o Censo de Negócios de Impacto de dois em dois anos.  
229 Esses dados serão uma importante ferramenta de trabalho, de monitoramento e  
230 acompanhamento do Comitê. Disse ainda que um convênio semelhante deveria ser firmado no  
231 sentido de mapear a cada dois anos o montante de recursos disponibilizado ao setor.

232 Luiz Carlos Carvalho, da Apex-Brasil, disse que a instituição se voluntaria para firmar os  
233 convênios, mas sugeriu que a Presidência do comitê encaminhasse um ofício solicitando.

234

235 Em seguida passou-se para a apresentação do GT 3, Fortalecimento de Organizações  
236 Intermediárias, realizada pela Sheila Pires, da Anprotec. No GT participam 20 instituições, sendo  
237 9 de governo e 11 da sociedade civil ou iniciativa privada. As ações do GT foram divididas em 5  
238 subgrupos, conforme segue:

239 1) Subgrupo 1, liderado pelo GIFE, ficou responsável pelas ações:

240 3.2.1. Estimular o engajamento de Institutos e Fundações no apoio à aceleradoras e incubadoras  
241 de Negócios de Impacto

242 O escopo inicial do trabalho do subgrupo é lançar a publicação do GIFE *“Olhares sobre a atuação*  
243 *do investimento social privado no campo de negócios de impacto”* (o livro foi distribuído para os  
244 membros do Comitê e uma cópia eletrônica será enviada para ser disponibilizada na página  
245 eletrônica do MDIC. Além disso, o grupo ressaltou a importância de engajar novas fundações

246 por meio da criação do FIIMP2 – Fundações e Institutos de Impacto e dar continuidade as ações  
247 do FIIMP – Fundações e Institutos de Impacto e as atividades da Rede Temática de Negócios de  
248 Impacto – GIFE

249 2) Subgrupo 2, liderado pelo CNPq, ficou responsável por:

250 1.2.2. Incluir o apoio a Negócios de Impacto nos critérios de seleção das chamadas públicas e  
251 programas de apoio à inovação tecnológica lançados pelo governo federal.

252 O subgrupo definiu que é necessário mapear iniciativas já existentes nas instituições  
253 participantes, discutir internamente nas instituições acerca do tema, enviar propostas e  
254 sugestões e formatar proposta final. Disse também que ainda precisa engajar a Capes.

255 3) Subgrupo 3, liderado pela Anprotec, ficou responsável por:

256 3.2.1. Incluir critérios de impacto socioambiental na metodologia CERNE de gestão das  
257 incubadoras, aceleradoras e parques tecnológicos.

258 Como próximo passo, o subgrupo disse que irá lançar em junho a edição CERNE 2018 que  
259 contempla indicadores de Impacto e que irá engajar incubadoras e aceleradoras associadas à  
260 Anprotec.

261 4) Subgrupo 4, liderado pela Anjos do Brasil, ficou responsável por:

262 3.2.2. Fortalecer e capacitar redes de investidores anjo para a inclusão de critérios de impacto  
263 socioambiental em sua metodologia de análise e gestão de projetos.

264 O subgrupo destacou que é necessário efetuar levantamento de documentos existentes sobre  
265 investimento de impacto que possam ser usados pelas redes; compartilhar documentos online;  
266 divulgar documentos ativamente para redes de investidores anjo brasileiras; realizar webinars  
267 sobre boas práticas; e preparar e divulgar um FAQ sobre o assunto

268 Sugeriu que, na produção de conteúdo, fossem engajadas as seguintes instituições: Artemísia,  
269 FGV, Insper, Vox Capital, ANDE. Na divulgação de conteúdo, sugeriu engajar redes de  
270 investidores anjo e mídia especializada em empreendedorismo, inovação e investimento.

271 5) Subgrupo 5, liderado pela Anprotec, ficou responsável por:

272 3.2.3. Criar programa de fortalecimento de incubadoras e aceleradoras que atuem com  
273 Negócios de Impacto.

274 O subgrupo sugeriu dar continuidade ao Programa de Incubação e Aceleração de Impacto e  
275 receber contribuições de outras instituições para fortalecer o Programa, realizando esforços no  
276 sentido de engajar grandes corporações, agências de fomento e gestores e mantenedores de  
277 incubadoras, sobretudo às de Universidades e de Governos Estaduais e Municipais.

278

279 **CONSIDERAÇÕES DO COMITÊ SOBRE O GT 3**

280 Em seguida passou-se para a apresentação do GT 4, Promoção de um Macro Ambiente  
281 Institucional e Normativo Favorável aos Investimentos e Negócios de Impacto, realizada pelo  
282 Marcel Fukayama, do Sistema B. No GT participam 20 instituições, sendo 12 de governo e 8 da  
283 sociedade civil ou iniciativa privada. ). O GT possui três macro-objetivos:

- 284 1) Propor e acompanhar legislações, normas e regulamentos que resultem no  
285 fortalecimento dos Investimentos e Negócios de Impacto  
286 2) Fortalecer a gestão de dados sobre Investimentos e Negócios de Impacto  
287 3) Mapear, reconhecer e dar visibilidade aos Negócios de Impacto

288 Os três macro-objetivos somam juntos dezenove ações estratégicas. As ações estratégicas foram  
289 agrupadas em oito subgrupos, conforme segue:

290 1) Subgrupo 1, liderado pelo Sistema B, ficou responsável por:

291 4.1.2. Propor uma lei que trate sobre a criação de uma categoria de personalidade jurídica  
292 específica aos Negócios de Impacto

293 O escopo inicial do trabalho do subgrupo é elaborar um parecer técnico legislativo para o texto  
294 do anteprojeto de lei desenvolvido pelo grupo jurídico B; definir a estratégia legislativa para a  
295 proposição do projeto – a princípio diretamente com o legislativo, mas também com  
296 possibilidade de proposição pelo Poder Executivo; e buscar parceiro para advocacy e  
297 engajamento. Definiu como atores estratégicos o próprio Sistema B, a FTFS e o Senador Ricardo  
298 Ferraço, destacando a possibilidade de convidar também os deputados Otavio Leite e Thiago  
299 Peixoto.

300

301 2) Subgrupo 2, liderado pela Sitawi, ficou responsável por:

302 4.1.3. Promover as regulamentações necessárias para a estruturação dos Contratos de Impacto  
303 Social (CIS)

304 O subgrupo definiu que é necessário 1) formalizar o parecer da PGE em Nota Técnica  
305 confirmando que a lei 8.666 pode ser usada para CIS; 2) formalizar os aprendizados dos CIS em  
306 São Paulo e no Ceará; 3) descrever os tipos contratuais entre operador e investidores (distintos  
307 por tipo de operador), e.g. "dívida não executável até condições específicas se darem"; elaborar  
308 cartilha(s) sobre SIB com foco(s) em governo, operadores e investidores (SIB in a box); 4)  
309 descrever um projeto de lei baseado em 1 e 2; 5) desenhar um fundo de fomento de  
310 estruturas de SIBs; 6) formatar um fundo de fomento de co-pagamento de resultados  
311 (outcomes fund); e 7) estruturar a captação de investimentos com compensação de perdas.

312 3) e 4) Os subgrupos 3 e 4, são provisoriamente liderados pelo MDIC, enquanto o MPOG não  
313 assume a liderança, e ficou responsável por:

314 4.1.7. Criar modelos para inclusão dos Negócios de Impacto nas Compras Governamentais; e

315 4.1.8. Avançar nas discussões sobre a modernização das leis de compras públicas, para incluir  
316 critérios de inovação e impacto

317 Como próximos passos, o subgrupo disse que irá levantar toda a legislação de compras públicas;  
318 estudar a legislação de compras públicas; propor modelos possíveis de inclusão dos Negócios de  
319 Impacto nas Compras Públicas; apresentar os modelos possíveis de inclusão dos Negócios de  
320 Impacto para a SEGES; obter autorização para propor o modelo; elaborar NT e encaminhar  
321 processo para a Conjur do MPDG; e dar prosseguimento ao trâmite (se Portaria, Decreto, PL,  
322 etc.) Disse ainda que nesse processo, são estratégicos os seguintes atores: MPOG, MDIC, Força  
323 Tarefa de FS, Sec. de Inovação SP, Sec. de Educação de SP, Rubens Naves Santos JR. Advogados,  
324 e Sitawi.

325 5) Subgrupo 5, liderado pela IDIS, ficou responsável por:

326 4.1.9. Avançar na discussão da regulamentação dos fundos patrimoniais (endowment)

327 O subgrupo destacou que é necessário acompanhar os projetos de lei em processo de  
328 aprovação, em especial projetos de lei de autoria da deputada Bruna Furlan e da senadora Ana  
329 Amélia; encaminhar melhorias aos projetos de lei aos assessores das parlamentares; buscar  
330 interlocução no MEC e Casa Civil para envio de melhorias ao projeto de lei da deputada Bruna  
331 Furlan (foco é só educação, o que deve prejudicar a efetividade da lei); e realizar eventos com a  
332 participação de parlamentares. Como atores estratégicos, citou: IDIS, MFaz, CVM, BNDES, BB,  
333 Caixa, FTFS, MEC e Casa Civil.

334 6) e 7) Subgrupos 6 e 7, liderados pela Aline Souza, ficou responsável por:

335 4.1.11. Disseminar a possibilidade de OSCs e fundações serem sócias ou proprietárias de  
336 Negócios de Impacto como forma de executar ou financiar suas missões sociais, respeitada a  
337 restrição de não distribuição de lucro pelas fundações e OSCs; e

338 4.2.3. Organizar as informações existentes nos bancos de dados governamentais para extrair  
339 dados de mercado capazes de dar suporte às organizações sociais e aos negócios inclusivos e  
340 servir melhor a população de menor renda.

341

342 O subgrupo sugeriu fazer o levantamento dos pareceres jurídicos existentes que tratam do  
343 assunto; promover o debate do conteúdo dos pareceres entre os integrantes do grupo; e definir  
344 a estratégia de disseminação das conclusões (publicação, parecer, utilização de outros canais de  
345 comunicação da ENIMPACTO/MDIC). Como atores -chave do processo destacaram: FTFS, Aline  
346 G. de Souza, Lia Pessoa, Juliana Furini (MF).

347 Com relação à ação 4.2.3, o subgrupo disse que é necessário verificar os levantamentos  
348 existentes nos bancos de dados públicos; realizar contato com outros grupos de trabalho que  
349 têm sinergia com o levantamento e sistematização dos dados (Edson (MPOG) está  
350 intermediando); apurar quais as informações na área de negócios que mais são solicitadas pelos  
351 empreendedores; e realizar ajustes na redação desse ponto no termo “negócios inclusivos”  
352 substituindo por “negócios de impacto”.

353 8) Subgrupo 8, liderado pela Pipe, ficou responsável por:

354 4.3.3. Realizar “Censo a cada dois anos de Negócios de Impacto no Brasil”, a partir de uma  
355 plataforma online (nova ou existente) agregando análise crítica sobre os dados levantados.

356 Na descrição do escopo inicial do trabalho, o subgrupo destacou que já existe um mapeamento  
357 realizado em 2016 (579 cadastros) e que foi lançado em 2017. Disse também que está em  
358 andamento um novo Censo, que será publicado em 2019, referente ao ano de 2018. Reforçaram  
359 que o cronograma dos levantamentos de 2018 será compartilhado por e-mail com o grupo e  
360 que será realizada uma aproximação com os trabalhos do GT2. O grupo definiu como atores  
361 estratégicos a Pipe Social, a FTFS e a FGV.

362 Encaminhamentos:

363 Secretaria-Executiva do Comitê irá enviar um ofício para todas as instituições membros  
364 convidando-as a integrarem a Missão Técnica para o Reino Unido e Portugal no âmbito do

365 projeto aprovado pelo Eurosocial e outro ofício convidando-as a participarem do Seminário  
366 Internacional sobre Negócios de Impacto em Nova Delhi, nos dias 07 a 10 de outubro de 2018.

367 A Secretaria-Executiva do Comitê enviará à Apex um ofício solicitando que seja verificada a  
368 conveniência e a oportunidade de se firmar um convênio que garanta que o censo do campo de  
369 negócios de impacto seja realizado com uma periodicidade bianual.

370 Uma reunião com os líderes de cada GT será marcada dentro das próximas duas semanas para  
371 apresentar a ferramenta de acompanhamento e monitoramento dos trabalhos dos grupos.

372

373 E foi encerrada a reunião.

374 Brasília, 09 de maio de 2018.

375 Lucas Ramalho Maciel

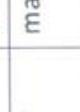
# Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

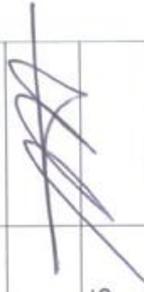
## Secretaria de Inovação e Novos Negócios – SIN

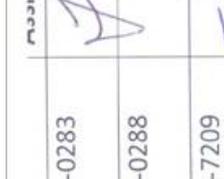
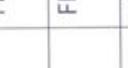
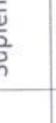
### 2ª Reunião do Comitê ENIMPACTO

Brasília, 09 de maio de 2018

Lista de presença

Membro	Titular/Suplente	Organização	E-mail	Telefone	Assinatura
Marcos Vinícius Souza	Titular	MDIC	marcos.souza@mdic.gov.br	(61) 2027-8285	
Igor Nazareth	Suplente	MDIC	igor.nazareth@mdic.gov.br	(61) 2027-8003	
Públio Vieira Valadares Ribeiro	Titular	MCTIC	publio.ribeiro@mctic.gov.br	(61) 2033-8159	
Osório Coelho Guimarães Neto	Suplente	MCTIC	ocoelho@mctic.gov.br	(61) 2033-8168	
Alessandra Xavier Nunes	Titular	MDS	alessandra.xavier@mds.gov.br	(61) 2030-1600	
Claudio Emanuel Machado Lage de Melo	Suplente	MDS	claudio.melo@mds.gov.br	(61) 2030-1416	
Wellington Fernando Valsecchi Favaro	Titular	MF	wellington.favaro@fazenda.gov.br	(61) 3412-2387	
Élida Francioni Lima Almeida	Suplente	MF	elida.almeida@fazenda.gov.br		
Pedro Celso Rodrigues Fonseca	Titular	MPOG	pedro.rfonseca@planejamento.gov.br		
Edson Teixeira Viana Barros	Suplente	MPOG	edson.barros@planejamento.gov.br	(61) 2020-4435	
Orlando Leite Ribeiro	Titular	MRE	orlando.ribeiro@itamaraty.gov.br	(61) 2030-8794	

Membro	Titular/Suplente	Organização	E-mail	Telefone	Assinatura
Flávio Campestrin Bettarello	Suplente	MRE	flavio.bettarello@itamaraty.gov.br	2030-8960	
Maria Luisa Dorey Barreira Cravo Wittenberg	Titular	APEX	luisa.cravo@apexbrasil.com.br	(61) 3426-0784	
Juliana Costa Vasconcelos Alencar	Suplente	APEX	juliana.vasconcelos@apexbrasil.com.br	(61) 3426-0784	
Vagner Lacerda Ribeiro	Titular	BB	vagnerlr@bb.com.br		
Marco Aurélio Mota Loureiro	Suplente	BB	marcoarelio@bb.com.br		
Filipe Borsato da Silva	Titular	BNDES	filipe.borsato@bndes.gov.br	(21) 3747-6335	
William George Saab	Suplente	BNDES	wsaab@bndes.gov.br	(21) 3747-7815	
Antônio Gil Padilha Bernardes	Titular	CAIXA	antonio.silveira@caixa.gov.br	(61) 3206-9818	
Adailton Ferreira Trindade	Suplente	CAIXA	adailton.trindade@caixa.gov.br	3206-9404	
Pedro Florêncio	Titular	CC	pedro.florencio@presidencia.gov.br	(61) 3411-1212	
Carlos Antônio Lopes de Araújo	Suplente	CC	carlos.antonio@presidencia.gov.br	(61) 3411-1212	
José Ricardo de Santana	Titular	CNPq	jose.ricardo@cnpq.br	(61) 3211-9403	
Marcio Ramos de Oliveira	Suplente	CNPq	marcior@cnpq.br	(61) 3211-4143	
Cláudio Gonçalves Maes	Titular	CVM	maes@cvm.gov.br	(21) 3554-8572	
José Alexandre Cavalcanti Vasco	Suplente	CVM	vasco@cvm.gov.br		
Leticia Koeppel Mendonça	Titular	ENAP	leticia.mendonca@enap.gov.br	(61) 2020-3398	
Manuel Ruas Pereira Coelho Bonduki	Suplente	ENAP	manuel.bonduki@enap.gov.br		

Membro	Titular/Suplente	Organização	E-mail	Telefone	Assinatura
Luiz Martins de Melo	Titular	FINEP	lmartins@finep.gov.br	(21) 2555-0283	
William Respondovesk	Suplente	FINEP	william@finep.gov.br	(21) 2555-0288	
Valéria Pessoa de Queiroz da Costa Barros	Titular	SEBRAE	valeria.barros@sebrae.com.br	(61) 3348-7209	
Alexandre de Oliveira Ambrosini	Suplente	SEBRAE	alexandre.ambrosini@sebrae.com.br	(61) 98402-7108 (61) 3348-7226	
Humberto Matsuda	Titular	ABVCAP	hmatsuda@performinvestimentos.com.br; marasawa@performinvestimentos.com.br	(11)3263-0577	
Marina Procknor	Suplente	ABVCAP	marina@mattosfilho.com.br; andressa.ghidotti@mattosfilho.com.br	(11)3147-7822	
Sheila Oliveira Pires	Titular	ANPROTEC	sheila@anprotec.org.br; secretaria@anprotec.org.br	(61)3202-1555	
Fernanda Bombardi	Suplente	ANPROTEC	fernanda@ice.org.br		
Vanderleia Radaelli	Titular	BID	vanderleiar@iadb.org		
João Marcelo Borges	Suplente	BID	jmborges@iadb.org		
Suely Lima Pereira	Titular	CNI	suely.pereira@cni.org.br		
Afonso de Carvalho Costa Lopes	Suplente	CNI	afonso.lopes@cni.org.br	(61) 3327-3325	
Carlos Roberto Scretas	Titular	Força Tarefa de Finanças Sociais	beto.scretas@uol.com.br	(11) 3046-4414	
Rodrigo Menezes	Suplente	Força Tarefa de Finanças Sociais	rodrigo.menezes@derraik.com.br		
Fábio Deboni	Titular	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE	fabio@institutosabin.org.br	(61) 3329-8080	
Erika Sanchez Saez	Suplente	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE	erika@gife.org.br		

Membro	Titular/Suplente	Organização	E-mail	Telefone	Assinatura
Maria Rita Spina Bueno	Titular	Instituto Anjos do Brasil	mariarita@anjosdobrasil.net	(11) 3854-0070	
Cassio Spina	Suplente	Instituto Anjos do Brasil	cassio@anjosdobrasil.net		
Anna Carolina Aranha	Suplente	Pipe Social	carolina@pipe-social-IMPACTIX.COM.BR	(11) 4280-1583 (11) 97148-4879	
Mariana Fonseca	Titular	Pipe Social	mariana@pipe-social		
Luciana Aguiar	Suplente <i>titular</i>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD	luciana.aguiar@undp.org	(011) 3037-9005	
Cristiano Prado	Titular	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD	cristiano.prado@undp.org		
Marcel Fukayama	Suplente	Sistema B (Grupo Jurídico)	marcel@sistemab.org	(11) 996067994	
Rachel Avellar Sotomaíor Karam	Titular	Sistema B (Grupo Jurídico)	rachel@teskadogados.com.br	(41) 99119.6116	Rachel Karam

MDS

Lucas Bomato convidado  
Moce

Célia Cruz

DIOGO QUITERIO

ANA CAROLINA COSTA

Luiz Carlos Carvalho

JAYNE GUAIRÓZ

Marina Silvestre de Akenar

João Cintas C. Carmunha

lucas.mocel@mdic.gov.br

celia@ice.org.br

DIOGO@ICE.ORG.BR

ana.costa@mdic.gov.br

LUIZ-CARVALHO@APEXBRASIL.COM.BR

JAYNE.GUAIROZ@APEXBRASIL.COM.BR

marina.sousa@mds.gov.br

joao.carmunha@caixa.gov.br

Maria Rita

Moce

LISTA DE VERSO

MARCELLO BRITO MAIA / SEBRAE / MARCELO.MAIA@SEBRAE.COM.BR / 3348-7226 / mbrunq  
LOUISE ALVES MACHADO / SEBRAE / LOUISE.MACHADO@SEBRAE.COM.BR / 3348-7455 - ~~DE~~  
ALEXANDRE COEGERA DE ARAUJO / SEBRAE / alexandra@sebrae.com.br / 3348-7238